



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

NOVAS PERSPECTIVAS PARA AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

DISCURSO PROFERIDO EM BRASÍLIA, A 28 DE JULHO DE 1967, NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA, E EM RESPOSTA À SAUDAÇÃO DO DOUTOR ROBERTO CARLOS DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, QUE FALOU EM NOME DE TODOS OS GOVERNADORES PRESENTES NA OCASIÃO.

Este 1.º Congresso Nacional de Agropecuária, organizado sob a inspiração direta do Ministro da Agricultura, há de ficar assinalado nos nossos anais como o primeiro fruto expressivo do apelo que venho fazendo quase obsessivamente, desde que adquiri a condição de candidato à Presidência da República, em favor de uma integração de esforços entre o Poder Público e o setor privado, como único recurso para alcançarmos, num prazo capaz de corresponder à ansiedade nacional, aquele mínimo de solidez que devemos assegurar ao processo de desenvolvimento global do País.

Assim entendo vossa presença em Brasília, assim justifico a diligência com que uma das áreas mais importantes do Governo foi mobilizada para recolher as sugestões consubstanciadas, afinal, no documento que ora recebo de vossas mãos.

Nelas se concentram as aspirações e preocupações comuns às Secretarias de Agricultura dos Estados e aos diferentes órgãos representativos das classes rurais.

Pela primeira vez, em nossa história política, juntam-se as vozes dos governos estaduais e das associações privadas de todo o Brasil, para propor soluções a determinados problemas nacionais, em perfeita correspondência com as intenções do Governo da República.

A esta reunião é que aspiro. Desta unidade é que necessita o País, como fundamento de sua paz interna e como base sobre a qual hão de frutificar os esforços pelo seu progresso.

Quando afirmei, recentemente, perante o comando da Escola Superior de Guerra, que o entrosamento de todos os setores da atividade

nacional com a Presidência da República era uma condição para o próprio exercício do Governo, não excluí a livre ação política dos partidos, nem me inspirei no velho conceito de «união nacional,» que se expressava por um conluio entre as cúpulas e oferecia eventualmente o espetáculo de uma enganosa paz nas assembléias, enquanto continuava a fermentar e a crescer, perigosamente, a insatisfação das grandes camadas populares, feridas pela indiferença dos que consertavam, em nome delas as pacificações de superfície.

A paz social, que é o escopo de todo o Governo responsável, não pode ser decretada mas há de ser alcançada — contidos, pela eficácia da lei, os que se profissionalizaram em sua perturbação artificial, e por um trabalho sincero, no qual se irmanem os poderes públicos e os agentes privados do processo econômico.

Desse ponto-de-vista, a renovação dos métodos de exploração agropecuária no Brasil significa, para mim, um imperativo da própria ordem, além de ser um mandamento do processo de desenvolvimento nacional. Ainda simples aspirante à Chefia do Governo, mas já escolhido pela ARENA para disputar os votos consagradores do Congresso, comecei a distinguir aí um dos principais caminhos a percorrer, incansavelmente, para atingir aquilo a que chamei a meta-homem.

Dediquei, além de parte considerável do primeiro discurso que proferi como presidente empossado, três pronunciamentos inteiros — em Londrina, Uberaba e Novo Hamburgo — ao esforço de despertar a consciência do País e de suas classes produtoras para a necessidade de renová-lo urgentemente nesse domínio e «sacudi-lo dos ócios e da mediocridade rotineira que o anestesiam há tantos anos, para conduzi-lo a acertar o passo com as nações que já desfrutam plenamente os benefícios da ciência e da tecnologia.»

Tenho presente que 63 por cento da população brasileira dependem diretamente da agricultura e da pecuária, enquanto no Canadá, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Argentina, para favorecer o confronto com um país latino-americano, os índices de dependência oscilam entre 30 e 14 por cento.

A necessidade de renovação, para que se elevem dentro de poucos anos os nossos constrangedores índices rurais, impõe-se, portanto, como medida de salvação pública, em face da dramaticidade a que chegou a situação da agricultura entre nós.

Estamos abaixo da Argentina, da Venezuela e da Colômbia, no que tange à área cultivada por pessoa dependente das atividades agrícolas. Exibimos a taxa de um por cento de casas rurais com água corrente, quando a percentagem sobe a cinco por cento na Colômbia, sete por cento em Cuba, dezoito por cento no Chile, quarenta por cento no Canadá e cinqüenta e sete por cento nos Estados Unidos.

Em decorrência de um processo de industrialização mal conduzido, a inflação monetária concorreu para a descapitalização agrícola

agravando um quadro já dominado pelos traços sombrios. A taxa média anual de crescimento da produção agrícola ficou situada, no quinquênio 1950/55, em torno de 3,3 por cento abaixo do aumento demográfico da mão-de-obra.

Chegou-se a assinalar um decréscimo anual médio de 0,34 por cento na produtividade global da agricultura, ao mesmo tempo que o crescimento verificado na relação área-homem se expressou pela irrisória taxa de 0,25 por cento ao ano, apesar da incorporação de terras virgens em novas áreas do Paraná, de Goiás e do sul de Mato Grosso.

Pesquisas realizadas pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brail, indicaram claramente que em termos globais não se notou, nos últimos anos, qualquer melhora substancial dos rendimentos agrícolas médios das principais culturas alimentares. E a manutenção aproximada dos mesmos rendimentos, no curso de quase vinte anos, deve ser atribuída a um efeito de compensação entre a alta produtividade nas terras novas e o rendimento declinante das zonas tradicionais.

Precisamos sair, urgentemente, desse quadro de sombras, e devemos atacar vigorosamente o setor da agropecuária como condição para dar consistência e efetividade ao processo de industrialização, pois não de ser ambos entendidos como eixos conjugados do desenvolvimento.

Para esse trabalho está convocada toda a Nação. E vossa presença, neste instante, revigora-me a convicção de que não foi feito de balde o apelo que dirigi a todas as áreas, a todas as lideranças e a todas as classes, nas palavras com que abri a reunião ministerial de que resultou, recentemente, a aprovação do Plano de Diretrizes.

As linhas-mestras da política do Governo aí ficaram nitidamente traçadas, como orientadoras da ação estratégica no domínio da agricultura, abrangendo os diferentes setores nos quais está sendo ela já desencadeada: desde o aumento da produção e da produtividade pela maior utilização da tecnologia moderna, à expansão da área agrícola em condições econômicas e à implantação e ampliação das indústrias rurais, até a comercialização e à melhoria da organização do meio rural, através de processos democráticos de reforma agrária e da instituição de colônias auto-administráveis, para o revigoramento do espírito empresarial, tão necessário ao desenvolvimento econômico.

A «Carta de Brasília,» elaborada com a colaboração de todos os compartimentos do ruralismo brasileiro e com a contribuição de Secretarias de Agricultura e órgãos cooperativistas e associativistas, chega agora às mãos como precioso subsídio à ação governamental.

— Mas, Senhores, não quero acabar este discurso pela simples abertura de nova perspectiva para os que se dedicam às atividades agropecuárias.

Meu governo se caracteriza pela objetividade e pelo sentido de urgência que empresta aos problemas equacionados. Já me encontro em condições de anunciar-vos algumas medidas práticas, concebidas e adotadas na linha de funcionalidade do Plano de Diretrizes.

Está sendo providenciada a criação de canais especiais de financiamento, visando-se à ampliação dos limites de crédito e a maiores e efetivas facilidades de acesso para os produtores. Paralelamente, as autoridades monetárias recebem instruções para procederem com prioridade à regulamentação das disposições legais relativas à aplicação de *no mínimo dez por cento dos depósitos nas instituições financeiras privadas*, em operações de crédito rural, para que se aumente desde logo, substancialmente, o volume dos recursos à disposição do produtor.

Estou recomendando, igualmente, o exame das providências necessárias à implantação de um sistema eficiente de seguro agrícola. Ao mesmo tempo, determinei o exame urgente das medidas que se façam indispensáveis para que o sistema de crédito rural disponha de uma estrutura central eficaz, atuante e especializada, capaz de utilizar com maior rendimento os instrumentos públicos e privados existentes na área do crédito rural.

E tenho a satisfação de anunciar-vos, finalmente, que acabo de assinar o decreto de criação do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária, através do qual serão aplicados, em forma de financiamento aos criadores nacionais, recursos da ordem de 216 milhões de cruzeiros novos, cuja metade provém do crédito externo, representando, o restante, a participação do sistema financeiro nacional e dos mutuários.

Acudimos, assim, ao problema da baixa produtividade da nossa pecuária, que alia um índice inferior de natalidade a taxas altas de mortalidade, resultante da má alimentação e de outras deficiências.

Eis aí, Senhores, o que tinha a dizer-vos na oportunidade em que me é conferida a honra de encerrar este primeiro Congresso Nacional de Agropecuária. A presteza com que respondestes ao apelo do Governo Federal, em favor de uma conjugação de esforços em torno do nosso programa estratégico, abre ao País um novo horizonte e robustece o otimismo com que trabalham para dar ao processo de desenvolvimento global do Brasil, no âmbito do meu mandato, uma contribuição positiva.